



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ERIE NE RODRIGUES AMORIM

**A LUTA DOS POVOS QUILOMBOLAS EM MANTER SUAS TRADIÇÕES ATÉ OS
DIAS ATUAIS NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO SUMIDOURO
QUEIMADA NOVA PIAUÍ**

AFRÂNIO

2023

ERIENE RODRIGUES AMORIM

**A LUTA DOS POVOS QUILOMBOLAS EM MANTER SUAS TRADIÇÕES ATÉ OS
DIAS ATUAIS NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO SUMIDOURO
QUEIMADA NOVA PIAUÍ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela Unidade Acadêmica de Educação a Distância – UEADTEC, Polo Afrânio, como requisito para obtenção do grau de Licenciado/a em História.

Orientador: Prof. Lucas Mariani
Côrrea

AFRÂNIO – PE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A524I

Amorim , Eriene Rodrigues

A LUTA DOS POVOS QUILOMBOLAS EM MANTER SUAS TRADIÇÕES ATÉ OS DIAS ATUAIS NA
COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO SUMIDOURO QUEIMADA NOVA PIAUÍ / Eriene
Rodrigues Amorim . - 2024.

41 f.

Orientador: Lucas Mariani .

Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, , Recife,
2024.

1. História . 2. Sumidouro . 3. quilombo . 4. memória . 5. resistência . I. , Lucas Mariani, orient. II. Título

CDD

ERIE NE RODRIGUES AMORIM

A LUTA DOS POVOS QUILOMBOLAS EM MANTER SUAS TRADIÇÕES ATÉ OS DIAS ATUAIS NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO SUMIDOURO QUEIMADA NOVA PIAUÍ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela Unidade Acadêmica de Educação a Distância – UAEADTEC, Polo Afrânio, como requisito para obtenção do grau de Licenciado/a em História.

Aprovado em: 03 /01/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Lucas Mariani Côrrea (Orientador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

NOME (1º avaliador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

NOME (2º avaliador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Agradecimentos

Primeiro eu quero agradecer a **Deus** e a **Nossa Senhora** por terem me sustentado até aqui. O caminho não foi fácil, pensei várias vezes em desistir, principalmente na fase final de TCC que o meu trabalho não estava saindo como tinha planejado, mas Deus sempre envia anjos na nossa vida pra nos levantar e seguir em frente.

O meu eterno agradecimento a minha mãe **Conceição Nunes Rodrigues**, que lutou desde o início pela minha entrada na Universidade. Ela foi a minha primeira professora que me ensinou a ler e escrever em casa. Quando cheguei na escola os professores se admiravam de uma aluna que já tinha entrado na escola sabendo escrever e ler. Eu sempre lembro que a gente morava no interior e quando o ônibus faltava, mãe sempre me levava de moto e não deixava eu perder uma aula. Do mesmo jeito, quando fui entrar na Universidade, minha mãe foi aquela que me incentivou a entrar e estudar. Aquela que foi comigo fazer a matrícula de moto distante e passou uma semana doente por causa da viagem. Mas, sempre me incentivando, pois ela não teve essa oportunidade, só conseguiu estudar até o 5° ano, antiga quarta série. Ela sempre diz que quer ver suas filhas formadas, tendo a oportunidade que ela não teve.

Agradeço demais a minha irmã, **Eriza Amorim**, que sofreu junto comigo, que ia dormir tarde me ajudando nos trabalhos. Foi aquela que no início sofria demais pra me ajudar gravar os vídeos que demorava tempos pra sair, por causa que eu sempre errava. Ela lia os meus trabalhos e me ajudava a fazer, sempre tendo uma ideia. E me ajudando também com a questão de informática, que ela sempre entende e tem uma solução pra tudo.

Agradeço também ao meu pai, **Ronaldo de Souza Amorim**, que sempre me levava para Afrânio no meio do sol quente. Às vezes passava mal na estrada com o sol, mas tinha que seguir em frente, tendo que acordar cedinho pra deixar as coisas feitas e me levar até o Polo.

Não posso esquecer da minha **Tia Anália**, que me inscreveu no ENEM e me incentivou a fazer graduação, fazendo minha inscrição no curso de História, mesmo no início eu não concordando muito com a ideia obedeci.

Agradeço também aos professores que passaram pela minha vida e que me marcaram. Não posso esquecer da professora **Rejane Coelho**, minha inspiração em História, minha supervisora durante os estágios sempre me ajudando no que eu precisava. Outra inspiração pra mim é a professora **Jaiana Nunes**, aquela que me fez gostar de português, pelo seu jeito de explicar, me ensinou a fazer redação para o Enem e vibrou quando eu passei. Durante os estágios aproveitava para passar nas aulas dela para matar a saudade. Mesmo não estudando mais com elas serão sempre minhas professoras.

Na Universidade também encontrei professores que me marcaram e um deles foi o professor **Lucas Mariani Corrêa**, pelo seu jeito simples de ser e sua sinceridade que nunca enganava a gente que seria fácil, mas, que tinha que perseverar. Lembro que ao iniciar a disciplina de TCC ele disse que não seria fácil a gente ia chorar, querer desistir, mas tinha que continuar. Isso aconteceu comigo, pensando em desistir, ele foi aquele que me motivou a seguir em frente, que me ajudou, fez reuniões, só tenho a agradecer a ele por tudo, por me ajudar a chegar até aqui.

Minha gratidão à arqueóloga **Suzana Hirooka** que me disponibilizou os documentos que falavam sobre a comunidade Sumidouro. Agradeço pela sua disponibilidade. Quando falei sobre o trabalho ela me disse que iria me entregar um material que me ajudaria, sem ele não teria conseguido fazer a pesquisa com base nessas fontes disponibilizadas.

Agradeço a UFRPE pela oportunidade de permitir que estudantes possam estudar de forma online sem ser preciso ir embora de casa. Esse foi o meu caso, passei em vários cursos que queria fazer, mas todos eles eram distantes de casa e não tinha onde ficar, o que dificultou muito. Além disso, teria que ficar longe da minha família, e aqui a Universidade me permitiu estudar e continuar morando com meus pais e minha irmã.

Dedico esse trabalho a minha mãe **Conceição Nunes Rodrigues**, que sempre me incentivou a estudar e acreditar que a educação tem o poder de transformar. A minha irmã **Eriza Rodrigues Amorim**, por sempre estar comigo. Ao meu pai **Ronaldo de Souza Amorim** e toda minha família.

Resumo

A história dos povos negros é marcada por lutas que até hoje ainda são enfrentadas na busca por seus direitos. O objetivo principal deste trabalho é abordar sobre a luta dos povos quilombolas em manter suas tradições nos dias atuais, pois infelizmente muitas comunidades não têm recursos que possibilitem isso. O primeiro capítulo traz o histórico dos povos quilombolas, os movimentos e leis que atuam na busca pelos direitos desses povos, os autores que contribuíram através de suas pesquisas, fazendo uma comparação entre lutas do passado que ainda persistem no presente. Apresentando um recorte específico sobre como se deu essa presença de quilombolas no Piauí. E no segundo capítulo, será feita uma análise sobre a Comunidade Remanescente de Quilombo Sumidouro Queimada Nova Piauí, através de um estudo da empresa Equatorial sobre “O componente Quilombola -ECQ- Rev.2 em abril de 2018.

Palavras chaves: história, Sumidouro, quilombo, memória, resistência

Resumen

La historia de los negros está marcada por las luchas que aún hoy se enfrentan en la búsqueda de sus derechos. El objetivo principal de este trabajo es abordar la lucha de los pueblos quilombolas por mantener sus tradiciones en la actualidad, ya que lamentablemente muchas comunidades no cuentan con los recursos para hacerlo posible. El primer capítulo presenta la historia de los pueblos quilombolas, los movimientos y leyes que trabajan en la búsqueda de los derechos de estos pueblos, los autores que contribuyeron a través de sus investigaciones, haciendo una comparación entre luchas del pasado que aún persisten en el presente. Presentando una sección específica sobre cómo ocurrió esta presencia de quilombolas en Piauí. Y en el segundo capítulo, se hará un análisis de la Comunidad Remanente del Quilombo Sumidouro Queimada Nova Piauí, a través de un estudio de la empresa Equatorial sobre “El componente Quilombo -ECQ- Rev.2 en abril de 2018.

Palabras clave: historia, Sumidero, quilombo, memoria, resistencia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: HISTÓRICO DOS POVOS QUILOMBOLAS	14
1.2 MOVIMENTOS E LEIS QUILOMBOLAS	15
1.3 AUTORES QUE CONTRIBUÍRAM COM A LUTA DOS POVOS NEGROS	16
1.4 PRESENÇA E RESISTÊNCIA DOS POVOS QUILOMBOLAS NO PIAUÍ	18
1.5 A LUTA QUILOMBOLA DO PASSADO QUE AINDA PERTENCE NO PRESENTE	23
CAPÍTULO 2: A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO SUMIDOURO	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
FONTES	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

INTRODUÇÃO

A história dos povos negros é marcada por lutas e preconceitos que foram se construindo, pois o tráfico negreiro era só o começo de uma jornada longa, desumana e cruel que durou cerca de 300 anos. Entre os séculos XVI e XIX foram trazidos para o Brasil aproximadamente quatro milhões de escravizados, das mais diversas cidades e regiões do continente africano. Ao chegarem na Corte essas pessoas eram vendidas em leilões como se fossem mercadorias, além disso, informações como sexo, idade e condicionamento era os principais pontos na hora da comercialização.

E a partir disso, se começava uma longa e cruel jornada, tendo que servir o ponto mais alto da exaustão, até não terem mais forças. Homens e mulheres eram responsáveis pelo trabalho mais pesado na lavoura, criação de animais, na mineração, já as mulheres, em alguns casos, tinham que cuidar da casa grande e dos filhos de seus patrões. Foram cruelmente explorados durante quase três séculos, tendo que trabalhar várias horas por dia, sem ter direito a alimentação, saúde. A noite eram trancados nas senzalas para evitar fugas. E aquele que tentasse fugir sofria castigos severos.

A vida e a luta pela sobrevivência não era fácil. Com isso os povos negros começaram a fugir e a montar os quilombos, tema que iremos discutir ao longo desse trabalho. E foram essas fugas e lutas que contribuíram para que leis surgissem em favor do fim da escravização.

Após a independência do Brasil no ano de 1822 e a abolição da escravização em vários países, a Inglaterra exigiu que a importação de negros africanos fosse proibida para que a independência brasileira fosse reconhecida. Sendo assim, alguns tratados que proibiam o tráfico foram assinados, porém o tráfico não acabou, longe disso, aumentava cada vez mais, tanto por causa do baixo valor dos escravos na África e a alta demanda do café, quanto pela ausência de uma repressão eficaz por parte das autoridades. Dessa forma, após o governo brasileiro se recusar a assinar um novo

tratado que combatesse o tráfico de africanos, os britânicos decidiram tomar medidas extremas para combater o tráfico ilegal de pessoas. Sendo que em 1845, a Inglaterra instituiu uma lei que autorizava as autoridades britânicas a conter o tráfico de pessoas para fins escravistas nos navios brasileiros, através da apreensão e julgamento da tribulação, sendo esses acusados de pirataria. Essa medida colocou o governo brasileiro contra a parede e, mesmo alegando que a decisão britânica feria a soberania nacional, no ano de 1850 foi promulgada a Lei n.º 581/1850, Eusébio de Queirós que proibia o tráfico de africanos para o Brasil, ocorrendo assim, o fim do tráfico negreiro (CARVALHO, 2003).

Aproximadamente em 1885, foi criada a Lei n.º 2.040, conhecida como Lei do Ventre Livre, que delimita que os filhos de mulheres escravas nascidos no Império após a data de sua promulgação deveriam ser libertos. As crianças consideradas ingênuas, agora estariam sob o domínio dos senhores de suas mães, estes teriam a obrigação de cuidá-los até completarem oito anos. Após essa idade, os senhores poderiam entregar o menor para o governo ou usufruir de seus serviços até que o mesmo completasse 21 anos.

Logo após a Lei do Ventre Livre completar oito anos de criação, o Brasil pôde ver os primeiros filhos de escravas sendo libertos. Nesse período o movimento abolicionista começou a agir de forma interna e externa para que o trabalho escravo tivesse fim. Como forma de opimir esse movimento, os escravocratas promulgaram em 1885 a Lei n.º 3.270 (Lei dos Sexagenários), decretava que, os escravos com mais de 60 anos seriam libertos, entretanto, deveriam trabalhar para seus senhores por mais três anos e eram obrigados a morar com eles. A Lei foi considerada uma vitória para os conservadores, porém, não conseguiu impedir o abolicionismo, portanto foi considerada um fracasso (CARVALHO, 2003).

Foram as lutas dos povos negros que contribuíram para que eles se tornassem livres. Porém essa liberdade não trazia consigo os seus direitos. A Lei Áurea, promulgada no dia 13 de maio de 1888 dizia o seguinte:

A Princesa Imperial Regente em nome de Sua Majestade o Imperador o Sr. D. Pedro II: Faz saber a todos os subditos do Imperio, que a Assembléia Geral decretou e Ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1: E declarada extincta desde a data d'esta lei a escravidão no Brazil.

Art. 2: Revogam se as disposições em contrário.

Manda portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura e interino dos Negócios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva, fez imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, sexagésimo sétimo da Independência e do Império.

Mesmo que tenha abolido a escravidão, não lhes garantiu direitos iguais, de modo que foram libertos mas não tinham para onde ir. Além disso, não tiveram oportunidades de trabalho digno e muito menos acesso à educação (CARVALHO, 2002 e LEITE, 2017).

Diante disso, no presente trabalho vamos discutir sobre a luta dos povos quilombolas em manter suas tradições até os dias atuais. No primeiro capítulo, será abordado o histórico desses povos, trazendo o conceito do que significa quilombo, os movimentos e as leis que lutam pelos direitos, assim como as contribuições de alguns autores para compreendermos melhor a luta dos povos quilombolas. E, a partir disso, temos um recorte específico sobre como se deu a presença dos povos negros no Piauí. Já no segundo capítulo será trabalhado a história da Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) Sumidouro que fica localizado na cidade de Queimada Nova Piauí. A presente pesquisa foi realizada através de fontes secundárias sobre essa comunidade, deixando assim para pesquisas futuras o trabalho através do relato oral.

CAPÍTULO 1: HISTÓRICO DOS POVOS QUILOMBOLAS

A história dos povos negros é marcada por lutas e preconceitos que foram se construindo ao longo do tempo, pois, a escravização pode ter "acabado", porém, sua luta não. Durante quase três séculos os povos negros foram trazidos da África, sem acesso à higiene, ou alimentação digna. Estavam sujeitos a diversas doenças, como a varíola e o sarampo. Muitos morriam durante a travessia e eram lançados ao mar (LEITE, 2017).

A História de luta dos povos quilombolas aqui no Brasil começou a partir do momento em que, cansados de viverem presos, começaram a fugir e a montar os quilombos, lugar onde poderiam ficar livres e seguros. Contudo, passaram por muitas perseguições e mortes, como ocorrido em Palmares com Zumbi. Os senhores queriam colocar medo nos outros quilombos. Porém, isso proporcionou ainda mais força (REIS e GOMES, 1996).

Assim, para compreendermos a história do nosso país, é preciso romper com a visão tradicional de que toda mudança que aconteceu no país, foi fruto do colonizador europeu, é preciso ir além e romper com as barreiras.

Igualmente minimizada pela história oficial foi também a resistência que homens e mulheres, africanos ou descendentes, travaram ao longo de todo o processo de formação do País. Juntamente às lutas, não foram poucas as situações de suicídio, aborto e tentativas desesperadas de fuga. Em relação à resistência negra, um dos aspectos mais conhecidos são os quilombos. Espalhados por todos os cantos do Brasil, são a mais representativa forma de luta contra a escravidão, mas nem sempre tiveram o devido reconhecimento (OSTROWER, 2021; pág;14).

Falar de Quilombo significa falar da resistência de um povo que só queria viver sua liberdade, ter uma vida digna e este ato de resistir se deu de várias formas. Como bem destacam José Reis e Flávio Gomes (1996), os escravizados resistiam coletivamente ou individualmente. Fugiam, quebravam ferramentas, incendiava plantações, agredia os senhores e feitores, ou mesmo se negavam a trabalhar e a viver.

Porém, mesmo o Quilombo sendo um lugar de “liberdade”, não trouxe consigo seus direitos, pois ainda hoje muitas dessas comunidades não possuem o acesso à terra. Com isso, infelizmente, não conseguem manter suas tradições devido a falta de recursos. Dentro desse contexto começaram a surgir movimentos e leis buscando por direitos, o que demonstraremos a seguir.

1.2 MOVIMENTOS E LEIS QUILOMBOLAS

No intuito de ampliar e conquistar direitos, o Movimento Negro surgiu na busca por leis que reconheçam os seus valores. Para iniciar podemos citar o Movimento Negro na década de 1970, na luta por vencer o preconceito e o racismo, e a partir disso, construir uma nova interpretação no Brasil, uma nova história, na busca de colocar o negro como herói e não mais com inferioridade (LEITE, 2017).

Para Santos e Lima:

O Movimento Negro é entendido como um sujeito político cujas reivindicações conseguiram, a partir do ano 2000, influenciar o governo brasileiro e seus principais órgãos, com uma trajetória histórica, integrante do contexto atual da organização dos movimentos sociais que emergiram a partir da década de 1970. Esse reconhecimento tem possibilitado uma mudança dentro de vários setores do governo no processo de implementação de políticas públicas e práticas de ações afirmativas voltadas para a população negra. (SANTOS e LIMA, 2013, pág. 207).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi a primeira a garantir os direitos quilombolas. No art.68 "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos", ficando a cargo da Fundação Cultural Palmares (FCP) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tais incumbências de controle e fiscalização. A Constituição foi muito importante na luta dos povos quilombolas, por reconhecer as Comunidades Remanescentes de Quilombos e garantir seu direito à terra. No entanto, cabe a ressalva que, ainda hoje, muitas comunidades disputam judicialmente esse direito.

Além do direito à terra, o art.6 da Constituição Federal de 1988, garante o acesso à saúde a todos os cidadãos, através do Sistema Único de Saúde e das Unidades Básicas de Saúde. Mas, assim como a terra, o acesso à saúde na maioria das comunidades quilombolas é deficitário.

Além das garantias básicas, em 2003, foi criada a lei nº 10.639, que garante que a cultura afro-brasileira seja estudada nas escolas. Ainda, no Parecer CNE/CEB nº 8/2020, aprovado em 2020, através das Diretrizes Nacionais Operacionais, garante Qualidade das Escolas Quilombolas. Contudo, mesmo com tais iniciativas legais, vários problemas ainda permanecem. Os povos remanescentes ainda encontram e enfrentam dificuldades.

1.3 AUTORES QUE CONTRIBUÍRAM COM A LUTA DOS POVOS NEGROS

Em conjunto às leis, acreditamos ser importante destacar alguns autores que contribuíram através de seus livros e artigos. Nessa perspectiva, não tem como falar da origem do quilombo sem lembrar de Beatriz Nascimento que foi uma das grandes intelectuais que influenciou e lutou pelo Movimento Negro no Brasil. Ela nasceu em 1942, em Aracaju e ainda criança migrou para o Rio de Janeiro, onde se formou em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tornando-se grande influência nos estudos das relações étnico-raciais no país. Negra, migrante, nordestina, mulher e historiadora, contribuiu para a compreensão da identidade negra. Suas reflexões sobre a importância dos quilombos trouxe uma nova visão sobre o passado escravista e a luta antirracista da sua época. Para a autora:

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa de um guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência, uma possibilidade nos dias da destruição. (NASCIMENTO, 2018; pág.76)

Para Beatriz a história negra foi escrita somente por brancos e, por esse motivo, precisava ser reescrita por mãos negras que souberam o que é, e passaram pelo

sofrimento da herança da escravidão. Seu maior objetivo era vencer o preconceito e o racismo. Em suas entrevistas sempre dizia que enquanto tivesse vida seria para lutar contra o preconceito. Escreveu vários textos, poemas, roteiros, ensaios, estudos teóricos que ao ler nos possibilita à reflexão sobre a luta dos povos negros, sobre tudo que passaram e ainda passam. Dentre suas obras, a de maior destaque é o documentário Ori, de 1989, em que ela mesma é narradora, dirigido pela socióloga e cineasta Raquel Gerber. Além desse, também podemos destacar "Por uma história do homem negro" (1974); "Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso" (1982); "O conceito de quilombo e a resistência cultural negra" (1985); e a mulher negra amor" (1990).

O percurso de Beatriz Nascimento foi fracionado. Ela entra na universidade como uma mulher madura de 28 anos. Depois de se formar em História, vira professora da rede pública do Rio de Janeiro e tenta continuar seus estudos no mestrado, mas é boicotada dentro da universidade, pela forma como pensava História. Ela nunca deixa a pesquisa, mas ao mesmo tempo, foca na militância, trilhando outro caminho (REIS, 2021).

Infelizmente, foi assassinada enquanto defendia uma amiga de um namorado violento. Mas, seu legado na luta pelos direitos dos povos negros continuam até hoje.

Na luta por escrever sobre a história negra muitas pesquisas foram tidas como perdidas para que tantos crimes cometidos nesse período permanecessem impunes pela História. Como é o caso de muitos materiais que Beatriz Nascimento escreveu que foram tidos como desaparecidos. Porém, mesmo com tantos documentos perdidos, muitos autores não desistiram em trazer suas contribuições para a história.

Para Henrique Junior (2012), um dos primeiros autores a trazer escritos sobre a história dos quilombos dos Palmares foi Edson Carneiro (antropólogo negro baiano), que escreveu sobre o assunto em 1947 "O quilombo dos Palmares" (1630-1695). Depois esse livro foi reeditado em 1958, além de escrever vários textos que abordavam sobre a cultura afro-brasileira e sobre a luta dos povos negros, entre eles estão "A situação do negro no Brasil" (1935), os livros "Religiões Negras" (1936) e "Negros Bantus" (1937).

Na historiografia nacional temos também um marco, que foi Clóvis Moura, em seu livro "Rebeliões na senzala -Quilombos, Insurreições e Guerrilhas" (1959). O autor traz uma nova visão, abordando que a escravidão funcionou como um meio de produção trazendo várias contribuições sobre as resistências dos povos negros. Para ele, a sociedade escravista era dividida em duas classes: a que dominava (os senhores de escravos) e a que era dominada (escravos). Para Cunha Junior (2003) e Pereira (2000) esse livro se tornou um clássico. Moura ainda traz outras contribuições, através da obra "A república de Palmares e o seu significado sócio-político" (MOURA, 1995).

Outra pesquisa muito importante foi a de Décio de Freitas, "Palmares, a Guerra dos Escravos" (FREITAS, 1971). Que contribuiu com dados concretos sobre quem realmente foi Zumbi dos Palmares. Em um de seus relatos, o autor aborda que estudou sobre Palmares para entender melhor o nosso país e as suas raízes. Podemos citar também o historiador Flávio Gomes e sua dissertação sobre "Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro XIX"(GOMES, 1993). Gomes participou de vários seminários e encontros acadêmicos, sempre disseminando suas interpretações sobre a luta e resistência dos escravos.

Visto brevemente o exposto, vale ressaltar que em cada Estado do Brasil a presença e resistência negra se deu de uma forma. Assim, partindo desta concepção e, a fim de evitar generalizações, nos dedicaremos em analisar especificamente o Piauí (foco deste estudo).

1.4 PRESENÇA E RESISTÊNCIA DOS POVOS QUILOMBOLAS NO PIAUÍ

Para Santos e Lima (2013) no Piauí a presença negra se iniciou a partir da ocupação do atual território no século XVII, através da mão de obra negra escravizada nas atividades econômicas como a pecuária. Assim, no Piauí:

O Movimento quilombola surge em meados de 1988, época em que todos negavam a existência de quilombos no estado. Surgem com a necessidade de melhorias das condições de vida das populações negras que viviam isoladas no interior. Nomes como: Negro Bispo, Maria Rosalina e Oswaldina dos Santos

surgiram com o objetivo de alavancar discussões e lutas para as populações quilombolas". (BATISTA, apud SANTOS e LIMA, 2013, pág; 209).

Negro Bispo, foi o primeiro negro da sua família a ter acesso a alfabetização, e na luta pelos povos quilombolas trouxe várias contribuições através de seus poemas, artigos e livros como "Colonização, Quilombos: modos e significados". Essa obra aborda a história de comunidades negras que fizeram revoltas contra a violência praticada no sistema escravista, se tornando assim um símbolo histórico, contra a escravidão e o racismo, contribuindo para que a gerações futuras pudessem se inspirar em quem já lutou, ganhar mais força para lutar também. Já no livro "A terra dá a terra quer", Bispo trouxe um olhar crítico sobre como devemos nos relacionar com a terra, e com quem vive nela. (SIMÕES, 2023). O autor compartilha sua vivência dentro do quilombo e traz também um relato da experiência de quando ele morou por cinco anos na cidade. Relata que as experiências que ele teve no meio urbano, só confirmaram que o seu lugar era na roça, no seu quilombo. ¹

Bispo vivia no quilombo Saco do Curtume, em São João do Piauí, aproximadamente 98 km de São Raimundo Nonato. Ele era o mestre desse quilombo, e nos seus livros traz o olhar de alguém que vivia em uma comunidade, que estava em contato com a realidade enfrentada, ou seja, uma história de um quilombo escrita por quilombola. O autor morreu no dia 04 de dezembro de 2023, deixando um grande legado na luta pelos direitos quilombolas. Em sua última entrevista realizada pelo aerofólio filmes, disponível no perfil de Antônio Bispo rocadequilombo no Instagram, ele deixou uma mensagem para que os jovens conversem com a geração de seus avós, pois eles têm um grande legado sobre os quilombos e isso precisa ser explorado pela juventude.

Além de Bispo, Maria Rosalina também é uma referência na luta pelos direitos quilombolas, sendo coordenadora executiva da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos do Brasil - CONAQ e também da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí. Ela é quilombola da Comunidade Tapuio Queimada Nova, mais conhecida como Maria do Povo, e luta por uma política que

¹ Além disso, atuou na Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ/PI) e na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

valorize a cultura. É a fundadora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova. Ela e sua irmã Oswaldina Rosalina dos Santos lutam por promover melhorias para as comunidades quilombolas.

A historiografia tradicional narra a construção dos quilombos através de fugas realizadas pelos escravizados. No Piauí existem particularidades em relação à resistência, como a questão da doação de terras das fazendas públicas e particulares do nordeste. Isso ocorria quando os escravizados vinham trabalhar no Piauí e, em alguns casos, recebiam de seus senhores um pedaço de terra, como pagamento pelo seu trabalho. Como é o caso de uma comunidade Quilombola Tapuio em Queimada Nova Piauí. Porém eles ficavam dependentes de seus senhores, muitos deles resistiam a essa relação paternalista, buscando atingir objetivos próprios e não ficar ali dependendo de seus senhores em todos os sentidos.

Para Isabel Wostrower (2021), em julho de 1999 aconteceu o 1º Seminário de Formação sobre a História e a tradição dos povos negros. Em 2000, foram realizados novos Encontros Nacionais das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, contribuindo para que as comunidades quilombolas do Piauí intensificam suas articulações políticas. No ano seguinte foi criada a Coordenação Nacional de Quilombos CONAQ, em Bom Jesus da Lapa, na luta pela garantia do direito à terra e na busca da valorização da cultura e das tradições, propondo políticas públicas.

Os primeiros trabalhos realizados nos quilombos do Piauí foram em 1985, por influência da Igreja Católica. Em 1990 o Movimento Negro de Teresina criou uma Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas do Piauí, com o objetivo de contribuir para que fossem localizadas as comunidades quilombolas que já eram identificadas e as que ainda não se sabiam da sua existência, promovendo o desejo nas comunidades de lutar pela liberdade e terra. Contribuindo também para a criação de programas, visando atender e garantir sobrevivência aos povos quilombolas. (EQUATORIAL, 2018).

Em relação à bibliografia especializada, no Piauí os escravizados foram trazidos para trabalhar nas grandes fazendas de gados. Além disso, eram trazidos também para

trabalhar na agricultura. Para Bastos (1994) , como muitos escravos estavam fugindo de algumas fazendas do Piauí, em 1760, o governador da Capitania teve que nomear Manuel do Espírito Santo como capitão, atuando diretamente no mato, no distrito da Vila da Mocha em Oeiras. Sua função era exterminar os quilombos que existiam na região de Oeiras. Para Brandão (1995), a grande preocupação dos proprietários nessa época era porque, para obter o escravo, eles tinham que vender 40 bois e, em caso de fugas, isso gerava um prejuízo muito grande, sendo que um escravo adulto custava aproximadamente 100\$000 réis e o valor do gado era aproximadamente 2\$500 réis.

No século XVIII, o Piauí ainda pertencia ao Maranhão em termos jurídico e religioso, de maneira que os piauienses estavam sob domínio do Maranhão e tinha que contribuir com uma parte da renda para lá. Nesse período o Piauí, era grande exportador de carne por todo o Brasil. No século XIX a maioria da população piauiense vivia na zona rural distante uma das outras. Em 1811, houve a separação do Piauí com o Maranhão.

Em relação a mão de obra escrava no Piauí aconteceu como em boa parte do país, onde o homem trabalhava no preparo da terra e as mulheres eram responsáveis por cuidar da casa e dos filhos de seus senhores. Houve muitos casos de denúncias dos escravizados contra seus senhores, pois eles sofreram muita violência, nem mesmo os idosos eram livres das agressões. No jornal do Piauí de 1867, apareceu um anúncio de um escravo chamado Paulo que fugiu com cicatrizes de fogo da cintura para baixo e faltando os dedos dos pés. Ou seja, eram casos absurdos de violência contra os povos negros nas fazendas piauienses (SANTOS, 2006).

Para Silva (1996), antes da abolição do tráfico negreiro, o Piauí contava com cerca de 35.214 escravizados. Em 1831, a província assinou o decreto de que em três anos aconteceria a abolição dos povos negros trazidos da África. Ou seja, em 1831 declarava-se livre os negros trazidos através do comércio ilícito. Porém, mesmo com essa lei muitos senhores das fazendas piauienses não queria libertar os escravizados, inventado que eles estavam doentes e que isso ia passar para seus filhos, ou ainda doenças que os filhos tinham e podia passar para os pais, e com isso ia gerar muitos gastos públicos. Em 1871 foi assinada a Lei do Ventre Livre que declarava que naquele

dia 28 de setembro, os filhos de mulheres escravizadas seriam livres. Mesmo com a libertação dos escravos, para conseguirem se libertar de seus senhores não foi fácil, porque a lei só garantia sua libertação e não seus direitos.

Na dissertação de mestrado, sobre o Quilombo Tapuio: terra de memória e identidade, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (2006), traz alguns relatos de Oswaldina Rosalina dos Santos que nós faz entender um pouco mais sobre o processo de escravização no Piauí. Em um de seus relatos ela aborda que

Oeiras era onde ficava o maior número de escravos, as igrejas que tem lá, como a de Nossa Senhora do Rosário foi construída à custa dos trabalhos dos escravos, os próprios livros falam isso. Lá as pessoas contam que as imagens que tem na igreja foram compradas em Salvador por uma mulher, dona de escravos. Ela tinha feito uma promessa para se recuperar de uma doença, quando ficou boa foi para Salvador, carregada pelos seus escravos e trouxe de lá as imagens que tem até hoje na igreja (SANTOS, 2006; pág.77).

Para Oswaldina

[...] em Jaicós tinha um entreposto de venda de escravos, quando eu fui lá fazer um levantamento das comunidades quilombolas na região, as pessoas me falaram que existia uma fazenda chamada de Peixe, lá eles vendiam escravos que viam de outros estados, muitas das pessoas mais velhas que eu conversava falavam que seus avós vieram do Peixe, eu não sabia porque eles vieram do Peixe, depois que eles me explicaram que vieram da fazenda Peixe que vendiam escravos". "A memória da escravidão está ainda viva nos relatos da população de Oeiras, como também das localidades que faziam parte de seu território. As igrejas e suas imagens são marcos referenciais dessa memória. (SANTOS 2006, pág;78)

Em 1995, a Igreja Católica começou a desenvolver trabalhos que resgatasse a cidadania, realizando palestras sobre os remanescentes de Quilombo, sobre as políticas públicas e os direitos que essa população tinha. Contribuindo para que fosse realizado o "I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas", evento esse que foi realizado em Brasília, criando assim a Comissão Nacional Provisória, que tempos depois deu lugar a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Essa Coordenação luta por políticas públicas que contribuam para a organização das comunidades quilombolas, com uma educação de qualidade. Luta também pelo protagonismo da mulher quilombola, entre outras coisas que são de suma importância para as comunidades quilombolas.

Dentre os principais desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas atualmente no Piauí, está a ausência da efetivação de políticas públicas de ações afirmativas. Dentre elas está: o acesso à moradia, programas específicos para cuidar da saúde da população quilombola, educação específica para os quilombolas, acesso legal à terra, já que boa parte dos territórios ainda não estão titulados, e com isso as comunidades sofrem com a invasão dos grandes empreendimentos do agronegócio em nome do desenvolvimento, causando grandes impactos nas comunidades. Outro desafio enfrentado é o racismo institucional e ambiental, o que aprofundaremos um pouco melhor a seguir.

1.5 A LUTA QUILOMBOLA DO PASSADO QUE AINDA PERTENCE NO PRESENTE

Em vista dessas ações afirmativas descritas anteriormente, a luta pelo acesso à terra é de suma importância. Esta é uma luta não só de hoje, mas que percorre todo o histórico de resistência e busca pela liberdade dessas comunidades. Muitas ainda não têm esse acesso à terra. Para tal, é preciso ter reconhecimento junto ao Estado, tendo que apresentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) junto ao INCRA e, assim, essa comunidade ser conhecida pela Fundação Palmares.

No entanto, as comunidades Quilombolas não precisam somente da legalização da terra, mas de leis que promovam condições básicas para sua sobrevivência. Com uma simples observação *in loco*, é possível perceber que muitos quilombos não têm condições necessárias para se manter, faltam recursos. Como sabemos em relação à saúde pública, o nosso país enfrenta muitos desafios para atender as camadas mais baixas. Nos quilombos isso não é diferente, muitas dessas comunidades não possuem nem mesmo um posto de saúde, tendo que se deslocar quilômetros em busca de uma Unidade Básica de Saúde. Em muitos casos eles tentam obter essa cura através das ervas naturais. Quando os remédios caseiros não fazem mais efeito, precisam se deslocar até um posto ou hospital mais próximo.

Outro ponto que podemos citar em relação ao que falta nos quilombos é o acesso à Educação. Dentro da própria comunidade, em muitos casos, têm que se deslocar quilômetros e, ao chegar nas escolas, passam muito preconceito por parte dos outros estudantes. Além disso, falta também a capacitação dos professores para trabalhar a cultura étnico-raciais em sala de aula, pois o preconceito só será vencido quando temáticas que envolvam a cultura negra seja debatida em sala de aula (LUIGI, 2019).

Como sabemos os livros didáticos de história que vem para as escolas são muito vagos em conteúdos que abordem sobre a escravidão e quilombo. Sempre abordam esses povos como vítimas e não os colocam como protagonistas da sua história. Falta trabalhar essa cultura como ela é, muitas vezes a capoeira não é vista como um esporte que pode ser praticado e que é uma cultura afro-brasileira. As escolas precisam ser um lugar de acolhimento, que atenda suas necessidades e realidades das crianças e adolescentes quilombolas, que façam eles se sentirem importantes nas escolas, que busque conhecer mais onde ele mora, qual é a cultura do seu quilombo, as lutas e preconceitos que ele já passou, ou seja, uma escola que reconheça o quanto é importante a luta por conseguir seu espaço em uma sociedade preconceituosa (LUIGI, 2019)

Segundo a página do G1² que disponibilizou algumas matérias sobre o Censo do IBGE de 2022, no Brasil existem aproximadamente 1,3 milhão de quilombolas, quase 70% deles vivem no nordeste, só não Roraima e Acre que não registram nenhuma concentração de quilombolas, mais de 30% deles estão na Amazônia Legal, quase 427 mil pessoas. O Estado que possui o maior número de quilombolas é a Bahia, com mais de 15 mil pessoas, só em Salvador.

Quase 90% dos quilombolas (1,16 milhão no total) não moram nos territórios delimitados para eles, ou seja, existem quase 3 mil comunidades que têm a validação

²

<https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/07/27/censo-do-ibge-brasil-tem-13-milhoes-de-quilombolas.ghtml>

mas não tem o acesso a terra, ou seja, infelizmente eles não conseguem manter suas tradições, porque falta recursos que os possibilitem isso.

Não podemos esquecer de citar também, os povos quilombolas que viviam em Alcântara- MA que foram obrigados a sair de seu território, em 1980. Aproximadamente 150 comunidades quilombolas foram expulsas porque seria construído um Centro de Lançamento de Foguetes, devido a localização geográfica que favorece, e com a desculpa de que se tratava de uma região pouco habitada, as famílias foram levadas para lotes específicos. (PAIXÃO, 2019)

Nesses lotes, ficavam sobre a ordem dos militares. Não podiam sequer construir sem pedir autorização. Além disso, o espaço da terra era muito pequeno e com solo pobre, de modo que a produção da agricultura diminuiu muito, diferentemente do lugar anterior em que estavam, que tinha uma terra fértil próximo ao rio.

Além disso, não era só um grupo de quilombolas, mas grupos diferentes, e ao serem levados, os povoados menores ficaram sob domínio dos maiores. Além de perderem seu território, eles perderam também sua cultura. No documento jurídico-informal foi tratada simplesmente como uma questão agrária, porque os quilombolas dessa região não tinham acesso. Devido a isso, foram tirados de seu território sem nenhuma indenização, sem pensar nas consequências que isso traria para a população. Foram obrigados a sair e ir para um outro espaço que não tinha ligação com sua história. (PAIXÃO, 2019)

Depois de anos de luta por seus direitos, essas comunidades conseguiram levar e denunciar o caso para o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Na audiência, o estado brasileiro reconheceu que tinha violado o direito desses povos, emitindo uma declaração oficial de pedido de desculpas. O governo do Brasil se comprometeu com a titulação do território quilombola de Alcântara, mas ainda estão aguardando. (BBC, 2023)

Mesmo com tantas dificuldades e perseguições, os povos quilombolas (assim como o Movimento Negro) não desistiram e lutam cada vez mais. Em vista disso, Sumidouro é um lugar marcado por histórias e memórias de um povo que lutou e que

luta todos os dias por seus direitos. No próximo capítulo vamos retratar um pouco mais sobre a história dessa comunidade e suas lutas. Vale ressaltar que, o trabalho foi feito através de fontes secundárias, deixando assim a parte oral para pesquisas futuras. O livro base para a construção do histórico dessa comunidade foi um estudo da empresa Equatorial sobre “O componente Quilombola -ECQ- Rev.2 em abril de 2018.

A Equatorial é uma empresa responsável pela implantação, operação e manutenção de energia, além de trabalhar com linhas de transmissão (LTs). No Anexo I da Portaria Interministerial nº 60, de 2015, exige que as Comunidades Remanescentes Quilombos (CRQs), que possua o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) que esteja localizada a 5 km de distância de alguma linha de transmissão, devem ser contempladas com estudos específicos de caracterização e análise de eventuais impactos, que podiam acontecer nas comunidades próximas, por isso esse estudo foi desenvolvido com o objetivo de prever impactos que poderiam acontecer em Sumidouro.

Para Isabel Ostrower 2021:

Este material é fruto da execução do Programa de Valorização e Promoção Político-Cultural, componente do Projeto Básico Ambiental Quilombola – PBAQ de responsabilidade da empresa Equatorial Energia S.A. O principal objetivo do Programa é contribuir para o fortalecimento político-cultural das Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQs) Sumidouro (Queimada Nova/PI) e Barra das Queimadas (Dom Inocêncio/PI), potencializando manifestações étnicoculturais e promovendo maior engajamento político. Uma de suas ações é a “transformação do Estudo do Componente Quilombola – ECQ em material didático, com linguagem acessível e qualidade gráfica, para ser distribuído nas escolas da região ou instituições de interesse.” Ela foi pensada de forma a subsidiar as CRQs com material e metodologias que pudessem ser usados em instituições de ensino ampliando o conhecimento, tanto de alunas/os quanto de docentes e gestores, sobre o contexto de comunidades quilombolas na região em que estão inseridos. A expectativa é apresentar ferramentas capazes de contribuir para o respeito às diferenças étnicas, consolidando práticas a favor de uma educação inclusiva e não discriminatória. (OSTROWER, 2021, pág;6).

CAPÍTULO 2: A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO SUMIDOURO

A Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) Sumidouro está localizada na cidade de Queimada Nova, Piauí, a 530 km da capital de Teresina. O povoamento dessa região começou por volta de 1663 quando Domingos Afonso Mafrense, denominado Sertão e membros da Casa da Torre, vindo de Juazeiro acompanhado de aproximadamente 50 homens, devastando matas e serras da região. Por volta de 1674, formou-se um arraial em que se formaria a fazenda Paulistana e posteriormente a cidade. Nesse período, essa antiga fazenda era dependente de Jaicós e somente em 1885, é que houve a elevação de povoado para vila. Somente após 53 anos, em 1938, Paulistana se tornou uma cidade. Nesse período Queimada Nova dependia de tudo da cidade vizinha. Finalmente, em 29 de abril de 1992, Queimada Nova se tornou independente de Paulistana, originando a cidade.

A cidade de Queimada Nova conta com dois conhecidos quilombos: Tapuio e Sumidouro, o qual vamos nos dedicar nessa pesquisa. Sobre o primeiro tem teses de doutorado e várias pesquisas, sendo possível encontrar artigos que abordam sobre essa comunidade. Já em Sumidouro não se tem nenhuma pesquisa de História que aborda sobre ela. O que se tem de pesquisas feitas foram realizadas pela empresa Equatorial Energia, que fez um estudo sobre "O componente Quilombola -ECQ, em abril de 2018. Esse foi o material que serviu como base para presente pesquisa e algumas dúvidas que surgiram, mesmo a comunidade não aceitando mais o relato oral, foi possível tirar com Cleinha professora de capoeira e Nilson José representante da comunidade.³ A escolha em pesquisar essa comunidade se deu primeiramente pela curiosidade em conhecer mais sobre ela, e segundo no intuito que o presente trabalho possa contribuir de alguma forma com a história e a memória desse lugar.

³ O objetivo inicial de nosso trabalho era a realização de uma pesquisa com base nos relatos orais dos moradores da Comunidade Sumidouro. Em vista a impossibilidade da tal realização, optamos por dar sequência ao trabalho, mas baseando-se e retirando informações do estudo etnográfico citado, já que o mesmo também tem a preocupação de retratar a memória local, por meio de relatos orais. Nesse sentido, entendemos se tratar de questões diferentes do que seria uma pesquisa sobre memória e História Oral, mas acreditamos ser viável enquanto uma proposta de uma primeira possibilidade de História local.

A origem dessa comunidade remonta ao período colonial brasileiro quando uma família de escravizados fugia das terras de branco e se esconderam nas pedras onde tinha água, por volta de 1861. Os primeiros habitantes foram seu mané, "escravo cativo da região", e seu filho Valentin dos Santos, que se casou com Catarina dos Santos e tiveram três filhos: Raimundo Valentim, Maria Madalena e Alberto Manoel dos Anjos. Os dois primeiros passaram a residir em Sumidouro e o último foi para outra localidade onde não foi informado o nome. Os descendentes de Raimundo Valentim vivem até hoje na comunidade e sua filha, dona Catarina, ainda reside na chamada casa grande, construída por ele. A figura de Raimundo Valentim é bastante cultuada na comunidade, seu nome foi escolhido para batizar a sede da Associação (EQUATORIAL, 2018; pág;61).

Em Sumidouro ainda existem alguns vestígios da época da escravização, como um curral de pedras, onde segundo eles eram colocados homens, mulheres e animais. Mourões de madeira profundos, também são referentes ao período de formação de Sumidouro. Tem também a pedra esculpida que visualiza a figura de dois seres humanos. (EQUATORIAL, 2018)

Em entrevista à Equatorial (2018) os moradores relataram que o nome da comunidade surgiu através da história de um homem negro montado em um cavalo de sua cor, junto com um cachorro da mesma cor. Essa personalidade corria atrás de uma vaca preta, quando caíram em um poço fundo, hoje conhecido como gruta da igreja. Os corpos dos mesmos sumiram na água do poço e nunca mais se encontraram, daí o surgimento do nome Sumidouro.

A história mais recente da comunidade remonta ao início de 1990, quando foram realizadas as primeiras visitas e reuniões sobre os direitos sociais e fundiários de Sumidouro. Esse trabalho foi realizado por Maria Rosalina e Oswaldina dos Santos do quilombo Tapuio. Maria Rosalina realizou as primeiras visitas à comunidade quilombola para evitar que se retirassem das terras de Sumidouro.

Em 20 de novembro de 1998, foi realizado o primeiro evento quilombola estadual organizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Piauí (FETAG/PI). Em 1999, foi realizado o I Seminário de Formação Sobre a História e Tradição do Povo Agro no Brasil. Evento esse que aconteceu em Paulistana, e Sumidouro esteve presente. Em 2000, ocorreu a realização do II Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas em Salvador, Bahia. Em 2003 o III Encontro

Nacional em Recife (PE). Esses encontros foram muito importantes, pois contribuíram para articulação das políticas de comunidades negras rurais no Piauí e também para o reconhecimento como remanescente de quilombo. Tudo isso contribuiu para que em 2004, acontecesse o reconhecimento de Sumidouro como uma comunidade Quilombola (CRQ), pela Fundação Cultural Palmares. A certidão de Autodefinição foi registrada no livro de Cadastro Geral nº 001, Registro 003, fl.4. No mesmo ano a comunidade também conseguiu a titulação de seu território. (EQUATORIAL, 2018).

Segundo Nilson José (2023), representante da comunidade, atualmente em Sumidouro vivem cerca de 48 famílias totalizando 167 moradores. Em sua maioria, as casas são construídas de tijolos, a casa grande, a mais antiga delas, ainda é feita de pedra retirada da própria comunidade, apenas duas residências ainda são feitas de tábuas. E para construir essas casas os próprios moradores produziam os tijolos que são conhecidos como adobe. E para de fabricar as portas, cancelas e ripas, era utilizada uma espécie nativa da região, o mandacaru-facheiro, que embora seja cheio de espinhos, sua madeira foi muito utilizada.

Em relação à educação, em Sumidouro não tem estabelecimento escolar. No início, a 5km de distância em Roça Nova, tinha uma escola que atendia do 1º ao 4º ano, mas foi desativada. Nesse tempo, eles tinham que ir a pé pois não tinha transporte. Atualmente, para estudar eles têm que se deslocar até a sede, todos os dias passa um ônibus escolar na comunidade para levar esses estudantes. Que estudam o ensino fundamental e o ensino médio. (EQUATORIAL, 2018).

Pretinha, jovem quilombola, destacou que “ é bom estudar, aprender a ler, escrever e ter amigos. Se você sai no mundo pelo menos sabe alguma coisa”. A jovem ainda destaca que já sofreu preconceito na escola por fazer parte de um quilombo, "já me chamaram de negra "sebosa", me sentir mal, mais através da capoeira, ela me dá mais força ainda". (EQUATORIAL,2018, pág;74). Sobre o ensino médio, poucos conseguem atingir esse nível de ensino e apenas um morador da comunidade conseguiu ingressar em faculdade particular através de bolsa de estudos. Outros quatro jovens conseguiram curso técnico de eletricitista através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na sede municipal de Queimada Nova, por intermédio de Maria

Rosalina. Moradores relatam a importância de mais cursos técnicos. E ao lermos esses relatos nos faz lembrar das leis que falamos no início desse trabalho, principalmente o parecer CNE/CEB nº 8/2020, aprovado em 2020, garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas. Porém, a maioria das comunidades não têm nem mesmo uma escola no seu território, e quando chegam na escola percebem que falta estudar sua própria cultura com aprofundamento.

No que se refere a área da saúde, em Sumidouro não tem posto de saúde, os moradores contam apenas com a presença de um Agente Comunitário de Saúde (ACS), que realiza as visitas uma vez por mês. Com isso, a população precisa se deslocar até Unidade Básica de Saúde (UBS) na cidade de Queimada Nova para realização de consultas e exames. Ao olharmos para esse fato nos faz lembrar do ART.6 da Constituição Federal de 1988, que garante acesso à saúde e a construção de Unidades Básicas. Porém, quando criaram esse artigo não lembraram de incluir unidades básicas também nas comunidades quilombolas para que eles pudessem ter acesso à saúde dentro do próprio quilombo.

O Sumidouro conta também com a tradição dos remédios caseiros produzidos através da vegetação. Os moradores sabem o tipo de chá, xarope ou banho no tratamento de dores de barriga, cabeça, enjoos.

Essa comunidade possui luz elétrica desde 2007. Entretanto, nem todas as famílias são cadastradas como descendentes de quilombolas, e com isso a conta de luz em alguns casos vem alta.

Em relação à tradição, muitas casas ainda têm o costume de cozinhar no fogão de lenha. Praticamente todas as casas tem aparelho telefone, apesar do costume de ouvir rádio, tem também televisão. Segundo Nilson José, o que se assistiu;

não se constrói muita coisa. Segundo ele, uma alternativa comunicacional é a rádio Esperança FM (87,9), em que ele trabalha, oferecendo espaço para debates e assuntos do interesse da comunidade. Ele tem toda essa visão, pela sua trajetória como radialista, cursos e viagens que ele já realizou. Para ele a rádio "é uma das melhores ferramentas de mobilização das comunidades organizadas e não organizadas (EQUATORIAL, 2018).

Atualmente, a maioria das casas já possuem acesso à internet, o que facilita muito a comunicação. A Comunidade de Sumidouro tem perfil no Instagram⁴, onde eles postam as belezas do lugar que encanta todos que por ali passam.

Sobre a organização política, Sumidouro conta com a Associação de Desenvolvimento Quilombola da Comunidade Sumidouro (ADQCS), fundada em 2000, história essa que está ligada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova. Contando com um presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiro e conselheiro fiscal. A posse para exercer algum desses cargos vale por quatro anos. Eles se reúnem duas vezes por mês para tratar de assuntos de interesse. (EQUATORIAL, 2018).

A identidade cultural afrodescendente é bem presente em Sumidouro, pois muitas comunidades infelizmente não conseguem manter suas tradições. Essa comunidade preserva a capoeira que é uma cultura quilombola, que está presente na comunidade desde 2004, através da articulação de Antônio Bispo e Maria Rosalina. Essa prática foi introduzida por Mestre Tiziu de Juazeiro (BA), que após três anos de ensinamentos, foi sucedido por seu ex-aluno, Quino do grupo "Raízes do Brasil". Esse novo professor morou 3 anos em Sumidouro e foi o responsável pela formação de Cleinha, que antes de se tornar professora de capoeira, viajou por várias regiões do país fazendo cursos. E assim, foi formado o grupo "Capoeira de Quilombo", que também oferece oficinas para quem quer aprender a capoeira. (EQUATORIAL, 2018).

Através do relato oral, Cleinha destacou que “a capoeira é um amor incondicional, uma jóia preciosa, e não tem diamante que vale mais pra ela do que a capoeira”. Além dos treinos físicos ela arranja tempo pra bater um papo que discuta temas da cultura, dá conselhos para perseverar nos estudos. Para a professora de capoeira, atualmente eles sofrem muito preconceito na prática da capoeira, porque as pessoas não entendem sua cultura e nem a importância da valorização (CLEINHA, 2023).

⁴ Nota do Instagram: https://www.instagram.com/sumidouro.pi_?igsh=MTJicDI3anFrZjJibQ==

Neste estudo realizado pela Equatorial sobre essa comunidade em (2018), Dona Catarina uma das mais antigas moradoras, destacou que:

Eu sei que sou quilombola, mas não sei o que significa. Sei que o quilombo tem uma força. Judiaram muito, faziam o que queria com eles, o negro era um bagaço, discriminado, botavam os coitados pra trabalhar, sofriam muito... Mas agora a lei é outra, um quilombo tem um direito grande, consegue ter uma vida melhor. A pessoa tem mais força, mais nome, tem respeito. Depois da lei do quilombo, tem a capoeira, tem conhecimento. Mesmo sem dinheiro no bolso a gente tem conhecimento. (EQUATORIAL, 2018, pág;89).

As palavras da moradora demonstram o quanto ela sente pertencimento com esse lugar, mesmo que ela não saiba o significado da palavra quilombo. Ela ainda destacou que "Deus me livre sair daqui. O bom é que é sossegado" (EQUATORIAL, 2018, pág;90)

Além das manifestações que já foram citadas, Sumidouro também se destaca por outras manifestações culturais como, festas, danças, rezas e cantigas. No dia 06 de agosto é comemorado o dia do Bom Jesus, padroeiro da comunidade, celebrando nove dias de novena e se encerra com a grande festa no dia 6. Nesse período, passam pessoas das cidades vizinhas, a festa é sempre animada por celebrantes da Sede. O padre também se faz presente em algum dia de novena e na última noite, dia em que se reúne o maior número de pessoas para festejar o Bom Jesus. Após as novenas tem quermesse, bingos, e no dia da festa tem também uma rifa que conta com vários prêmios. A maioria da população é católica.

Outra manifestação cultural que ocorre em Sumidouro é o forró pé de serra, que é realizado no bar, ou na Associação, contando com a presença de sanfoneiros e violeiros. Além disso, eles oferecem aulas de sanfona para as pessoas do quilombo, que já conta com 4 gerações diferentes de sanfoneiros.

Na sede de Queimada Nova, tem uma "Budeja Quilombola", um pequeno restaurante de Oswaldina Rosalina do quilombo Tapuio, lugar esse onde se encontram todas as comunidades quilombolas da região, um lugar de troca de experiências. Além disso, lá tem a comercialização de remédios caseiros que servem para cura de várias doenças.

Sumidouro é conhecido também por suas belezas naturais, pelas pedras que encantam quem passa por lá, pelos poços fundos que sustentam água por quase toda seca. E assim, essa comunidade tem se tornado um ponto turístico, onde as pessoas vão conhecer sua beleza, tomar banho nos poços e, com isso, eles têm contato com a cultura afro-brasileira, algo que valoriza a cultura do quilombo. A maior luta que eles enfrentam atualmente é conscientizar as pessoas de que precisa valorizar o quilombo e a sua cultura.

No dia 28 de novembro de 2023, Sumidouro recebeu o título coletivo de terras para a Comunidade Quilombola, entrega feita pelo Instituto de Terras do Piauí (INTERPI). Para os moradores o título além de promover a posse legal, simboliza também a resistência de Raimundo Valentim dos Santos, Honorata Maria dos Santos e Paulino Raimundo dos Santos, que tanto lutaram por esse documento. Para Cleinha (2023), esse documento é que garante o direito das pessoas no território, ele é quem segura todos os direitos em todas políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olharmos para trás, percebemos que o Brasil tem uma grande dívida com os povos negros, pois mesmo com mais de 130 anos após a abolição, os traços de preconceito e discriminação ainda estão muito presentes na nossa sociedade. Foram crimes cometidos que não tiveram sua punição. A ideia em relação aos povos negros que foi criada lá na escravização, infelizmente ainda permanece nos dias atuais, tem sempre o preconceito de que certos lugares não é para o negro estar presente, que certas roupas um negro não pode vestir.

E ao olhar para tudo que foi abordado, ainda há um longo caminho a percorrer, embora tenham leis que garantem direitos, precisamos avançar muito mais, pois muitas das leis não funcionam na prática, ficando somente no papel, conforme foi possível notar ao analisarmos Sumidouro. Em vista disso, é preciso mais políticas públicas para que as comunidades possam ter direito à saúde e educação. Por isso, é tão importante analisar vestígios no tempo presente sobre a resistência, pois isso nos permite ter uma nova visão sobre as comunidades quilombolas, pois são fatos históricos que ainda persistem nos dias atuais.

Em relação às comunidades quilombolas é possível perceber o quanto eles tiveram e têm que resistir todos os dias dentro da comunidade. Por isso é tão importante se analisar e buscar conhecer a história de vida desses povos. Através da análise histórica é possível compreender que não existe uma história única sobre comunidades quilombolas, mas cada uma tem sua cultura. Em cada Estado a escravização aconteceu de uma forma, no Piauí por exemplo, a escravização aconteceu através do trabalho das fazendas.

Em vista dos desafios citados nas comunidades quilombolas do Piauí, podemos perceber que alguns avanços aconteceram como a conquista da Lei Estadual nº 7.294 de Regularização Fundiária Coletiva da Comunidade. Das 227 comunidades quilombolas do Piauí com certidão de autorreconhecimento, 10 comunidades já foram

tituladas como Sumidouro. Ainda é muito pouco, mas localmente é considerado um avanço.

Conforme tentamos explicar, a maior luta das comunidades quilombolas atualmente é a posse da terra. O título da terra, é algo que faz com que a comunidade se sinta segura na permanência do seu próprio território ancestral, também facilita a implementação de políticas públicas, pois uma comunidade Quilombola é um lugar de vivência coletiva, de modos significativos de viver e fazer, lugar de pertencimento ancestral de resistência e existência.

Como podemos perceber já avançamos um pouco, porém ainda faltam muitos recursos que possibilitem às comunidades quilombolas manter viva suas tradições. A comunidade de Sumidouro consegue manter viva essa tradição, e que bom seria se outras comunidades também conseguissem manter sua cultura que valorize quem são. Por isso, precisamos de mais pesquisas sobre os povos quilombolas, que lutam por seus direitos, que não sejam lembrados só em novembro, mais durante todo o ano.

Diante de tudo que foi citado, gostaria de encerrar esse trabalho com a letra de uma música que fala que “tem que acabar com esse história que negro é inferior”:

"Eu vou tocar minha viola,/ eu sou um negro cantador.

O negro canta, deita e rola,/ lá na senzala do Senhor.

Dança aí, Nego Nagô./ Dança aí Nego, Nagô

Tem que acabar com essa história/ que negro é inferior.
O negro é gente e quer escola,/ quer dançar samba e ser doutor.

Dança aí, Nego Nagô/ Dança aí Nego Nagô

O negro mora em pelafita/ mas não é culpa dele não senhor.
A culpa é da abolição,/ que veio e não o libertou.

Dança aí Nego nagô,/ Dança aí Nego Nagô

Vou botar fogo no engenho,/ onde o negro apanhou.

O negro é gente como os outros,/ quer ter carinho e ter amor".

(Pastoral da Juventude)

FONTES

CLEINHA. **Relato Oral** cedido dia 01 de dezembro, 2023

JOSÉ, Nilson. **Relato Oral** cedido dia 27 de novembro, 2023.

Suzana Hiooka. **Relato Oral**. Cedido 22 de Janeiro, 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCESTRALIDADES. Verbetes Nego Bispo. ancestralidades. s/d. org.<https://www.ancestralidades.org.br/biografias-e-trajetorias/nego-bispo>.

Artigo 68 da Constituição Federal – 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, XX – 1988.

Bastos, A.V.B. (1994). Comprometimento no Trabalho: a estrutura dos vínculos do trabalhador com a organização, a carreira e o sindicato. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. 1994. Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí. Fundação cultural Monsenhor Chaves. Teresina/PI.

BATISTA, R. Organização das comunidades quilombolas do Piauí. Entrevista concedida a Daniely Monteiro. Teresina, Piauí, 25 nov.2010.

BRASIL, BCC News. Porque o Brasil foi obrigado a se desculpar publicamente com quilombolas do Maranhão. Publicado em abril de 2023. Disponível em <https://www.bcc.com/portuguese/articles/c037z59zg3lo>

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 nov.2023.

CARNEIRO, Édison; OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da C. (Org.). Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938. São Paulo: Corrupio, 1987.

CARNEIRO, Edson. O quilombo dos palmares, 1630-1695. São Paulo: Brasiliense. Acesso em 15 nov.2023.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite imperial./Teatro de sombras: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

EQUATORIAL/BIODINÂMICA. Linha de Transmissão 500kv Rio das Éguas - Barreiras II - Buritirama - Queimada Nova II Estudo do componente Quilombola - ECQ. Rev. 02. Rio de Janeiro, 2018.

ESCRAVIDÃO, Brasil. Lei Imperial n. 3.353, de 13 de maio de 1888 | Lei Áurea

FREITAS, Décio. Palmares, a guerra dos escravos. Porto Alegre: Editora Movimento, 1971. acesso em 31.out.2023.

GOMES, Flávio dos Santos. “Fronteiras e Mocambos: o protesto negro na Guiana brasileira”, in: GOMES, Flávio dos Santos(org.): Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX. Belém: Editora Universitária/UFPA,1999, pp.223-318.

LEITE Maria J. dos S. Tráfico e Resistência no Brasil. Sankofa (São Paulo), 10(19), 64-82, 2017. <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2017.137196>

LIMA, Maria Helena de M.2002. A Inserção do povo afro-brasileiro do Piauí. In. Carta CEPRO. Fundação CEPRO - V.21. n1. Teresina/PI.

LUIGI, André Santos. Ensino de História da África no Brasil: fluxos, refluxos e possibilidades. Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 5, n. 1, p. 92-104, jan./jun.2019.

MOURA, Clóvis. Dicionário da Escravidão Negra no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2004

MOURA, Clóvis. Quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOURA, Clóvis. Quilombos: Resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987

MOURA, Clóvis. Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas. 3.ed. São Paulo: São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. Afrodiaspora. n6 e 7. 1985. acesso em 15 nov. 2023.

PAIXÃO, Mayara. Comunidades quilombolas de Alcântara (MA) temem future com presença dos EUA na região. BdF 20 anos. Publicado 19 de março 2023. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/19/comunidades-quilombolas-de-alcantara-ma-temem-futuro-com-presenca-dos-eua-na-regiao>

RATTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Kuanza, 2007.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Alex/ ebc. Intelectual e ativista negro, Nêgo Bispo morre aos 63 anos. Publicado em 04/12/2023. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-12/intelectual-e-ativista-negro-nego-bispo-morre-aos-63-anos>

SANTOS, C. A. B. P. Maria do Povo: etnografia de uma resistência no semiárido piauiense. *Vivência: Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 1, n. 43, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/6802>. Acesso em: 23 set. 2023.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio. Quilombo Tapuio (PI): terra de memória e identidade. 2006. 278 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SANTOS, D. M.; LIMA, S. O. Movimento Quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra. *Revista Espacialidades*, [S. l.], v. 6, n. 05, p. 197–215, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17606>. Acesso em: 23 set. 2023.

SILVA, André Ricardo Fonsêca. Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas: uma luta em construção. *Revista de Ciências Sociais*, n° 48, Janeiro/junho de 2018, p.115-128.

SILVA, Lígia Osório. 1996. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850. Coleção repertórios. Editora da UNICAMP. Campinas, SP.

SILVA, René Marc da Costa. 1998. Por onde o povo anda: a construção da identidade quilombola dos negros de rio das Rãs. Tese de doutorado em História. Departamento de História. Universidade de Brasília.

SIMÕES, Nataly. Entenda a importância de Antônio Bispo dos Santos em 4 pontos. [Educacaoeterritorio.org.br](https://educacaoeterritorio.org.br). Publicado em 4 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/nego-bispo-entenda-a-importancia-de-antonio-bispo-dos-santos/>